



TOPOFILIA E TOPOFOBIA EM “ACREANIDADE: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA”

Markfran Silva de Gouveia¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8046-4256>

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Feral do Acre, Acre, Brasil.

* markfran.gouveia@ufac.br

Recebido em: 17/08/2022; Aceito em: 09/11/2022; Publicado em: 22/12/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.2-8>

RESUMO

A topofilia e a topofobia são conceitos centrais da Geografia Humanística. Eles traduzem, respectivamente, os sentimentos de afeição e aversão às características naturais de determinado lugar. No contexto do Acre, ante a limitações executacionais, decidiu-se investigar a relação acreano-Acre a partir da visão histórica presente num dos livros da Dra. Maria de Jesus Morais. Portanto, neste artigo, objetiva-se analisar, sob o crivo da Geografia Humanística e ancorado no método da análise do discurso, bem como nos conceitos de topofobia e topofilia, a visão traçada pela autora acerca da relação entre determinados grupos históricos de acreanos (o “brasileiro do Acre”, o autonomista, o seringueiro e o indígena) e o Acre, no livro “Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana”. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, fundada no método da análise do discurso, segundo Pêcheux (1975) e Orlandi (2012), cuja coleta de dados se deu por uma revisão bibliográfica. Concluiu-se que no trabalho de Morais (2016) é possível perceber essencialmente traços de topofilia. Os brasileiros do Acre e os autonomistas desenvolveram o sentimento a partir, principalmente, de relações binárias e do patriotismo – o segundo numa forma análoga, vinculado não a uma nação, mas a um Estado. Os seringueiros desenvolveram o sentimento de topofilia de maneira mais aguçada que os demais migrantes, pois mantiveram maior contato com o ambiente. Os indígenas, enquanto povo originário, sempre perceberam o ambiente natural acreano como seu lar. Essa topofilia dos dois últimos grupos resultou, atrelado a questões políticas, na criação de zonas de preservação extrativista e demarcação de terras indígenas.

Palavras-chave: Geografia humanística; Acreano-Acre; Topofilia; Topofobia; Acreanidade.

TOPOPHILIA AND TOPOPHOBIA IN “ACREANITY: INVENTION AND REINVENTION OF ACREAN IDENTITY”

ABSTRACT

Topophilia and topophobia are central concepts of Humanistic Geography. They translate, respectively, feelings of affection and aversion to the natural characteristics of a given place. In the context of Acre, faced with executional limitations, it was decided to investigate the relationship between Acre and Acre from the historical perspective present in one of the books by Dr. Maria de Jesus Morais. Therefore, in this article, the objective is to analyze, under the scrutiny of Humanistic Geography and anchored in the method of discourse analysis, as well as in the concepts of topophobia and topophilia, the vision traced by the author about the relationship between certain historical groups of Acreans (the “Brazilian from

Acre”, the autonomist, the rubber tapper and the indigenous) and Acre, in the book “Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana”. Therefore, qualitative research was developed, based on the method of discourse analysis, according to Pêcheux (1975) and Orlandi (2012), whose data collection was carried out through a literature review. It was concluded that in the work of Morais (2016) it is possible to perceive essentially traces of topophilia. The Brazilians from Acre and the autonomists developed the feeling from, mainly, binary relations and patriotism – the latter in an analogous way, linked not to a nation, but to a State. The rubber tappers developed the feeling of topophilia more acutely than the other migrants, as they maintained greater contact with the environment. The indigenous people, as a native people, have always perceived the natural environment of Acre as their home. This topophilia of the last two groups resulted, linked to political issues, in the creation of extractive and indigenous preservation zones.

Keywords: Humanistic geography; Acrean-Acre; Topophilia; Topophobia; Acreanity.

TOPOPHILIA Y TOPOFOBIA EN “ACREANITY: INVENCION Y REINVENCIÓN DE LA IDENTIDAD ACREAN”

RESUMEN

La topofilia y la topofobia son conceptos centrales de la Geografía Humanística. Traducen, respectivamente, sentimientos de afecto y aversión a las características naturales de un lugar determinado. En el contexto de Acre, ante las limitaciones ejecutorias, se decidió investigar la relación entre Acre y Acre desde la perspectiva histórica presente en uno de los libros de la Dra. María de Jesús Morais. Por tanto, en este artículo, el objetivo es analizar, bajo el escrutinio de la Geografía Humanista y anclado en el método de análisis del discurso, así como en los conceptos de topofobia y topofilia, la visión trazada por el autor sobre la relación entre ciertos grupos de Acreans (el “brasileño de Acre”, el autonomista, el cauchero y el indígena) y Acre, en el libro “Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana”. Por lo tanto, se desarrolló una investigación cualitativa, basada en el método de análisis del discurso, según Pêcheux (1975) y Orlandi (2012), cuya recolección de datos se realizó a través de una revisión de la literatura. Se concluyó que en el trabajo de Morais (2016) es posible percibir esencialmente huellas de topofilia. Los brasileños de Acre y los autonomistas desarrollaron el sentimiento a partir, principalmente, de las relaciones binarias y del patriotismo, este último de manera análoga, vinculado no a una nación, sino a un Estado. Los caucheros desarrollaron el sentimiento de topofilia de manera más aguda que los demás migrantes, ya que mantuvieron un mayor contacto con el medio ambiente. Los indígenas, como pueblo originario, siempre han percibido el entorno natural de Acre como su hogar. Esta topofilia de los dos últimos grupos resultó, ligada a cuestiones políticas, en la creación de zonas extractivas y de preservación indígena.

Palabras clave: Geografía humanística; Acrean-Acre; Topofilia; Topofobia; acreanidad

1. INTRODUÇÃO

A Geografia, enquanto a ciência corológica da superfície terrestre, assim como as demais ciências, é ramificada em áreas de estudo. No contexto macro, a Geografia pode ser dividida em dois grandes ramos, são eles a Geografia Humana e a Geografia Física (HETTNER, 2012). Neste estudo, dedicar-se-á à Geografia Humana, especificamente à corrente da Geografia Humanística.

A Geografia, etimologicamente, pode ser definida como “descrição da Terra”. Para Sorre (1967, p. IX), é consenso geral, que é o estudo “[...] *de la Tierra con todo lo que contiene y de lo que es inseparable, de todo lo que vive en su superficie y la anima, de la humanidad*

que la transforma y enriquece con rasgos nuevos”. É no contexto do estudo desta última que se situa a Geografia Humana. Assim, nas palavras de Sorre (1967, p. IX), a Geografia Humana “*es la descripción del ecúmene*”, em português, a descrição do ecúmeno¹.

A Geografia Humana, sendo uma grande área também se segmenta. Dentre suas especialidades, destaca-se a de estudo nesta pesquisa: a Geografia Humanística. Para entender a intencionalidade desta área é preciso se ater ao fato de que o homem objeto de estudo da Geografia é “[...] o homem das conexões e dos conjuntos. Conexões próximas entre os elementos das combinações locais (relevo, clima, vegetação, obras do homem) [e] conexões remotas entre fatos de toda classe [...]” (SORRE, 1967, p. X, tradução nossa).

Nessas primeiras conexões, as com o lugar emergem-se o cerne da Geografia Humanística, o estudo da interação humana com o local, o ambiente físico. Tuan (1985, p. 143) enuncia que a área “[...] procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar”. Isto é, intenta destrinchar as percepções humanas sobre os lugares.

Um dos teóricos referenciais da Geografia Humanística é Tuan. Este, ao longo de suas pesquisas, introduziu os conceitos de topofilia e de topofobia ao segmento. A primeira, em apertadíssima síntese, traduz-se nos elos de pertencimento a um lugar; ao passo que a segunda é a sua recíproca (TUAN, 1980). Todo estudo sobre a percepção ambiental humana de determinado lugar tende a nos levar a um desses conceitos, pois, senão pela indiferença, a relação homem-lugar, tende a atender a ser binária – gosto, não gosto; pertença, não pertença; tenho vínculos; não os tenho; agrada-me esteticamente, não me agrada etc.

Pode-se dizer, como comprovar-se-á nesta pesquisa, que o Acre é um lugar. Portanto, é possível que se desenvolvam estudos sobre este lugar internos à Geografia Humanística. Contudo, não se conseguiu localizar qualquer pesquisa que se dedicasse a analisar a percepção de determinado grupo humano com relação à supra localidade. Então, é válido concluir que a questão é, senão uma lacuna científica, ao menos uma penumbra; e, por isso, torna-se tema de pertinência temática para o desenvolvimento de trabalhos.

Todavia, responder à pergunta “Quais são os sentimentos com relação ao Acre desenvolvidos pelos grupos de pessoas que vivem nessa localidade?” pareceu-nos uma utopia.

¹ A partir de Sorre (1967), ecúmeno pode ser caracteriza como a área geográfica terrestre habitada e/ou explorada pelo homem.

O desenvolvimento de sentimento é individual, podendo (ou não) coincidir com outros. Para resolver efetivamente à problemática, por se tratar de sentimentos individuais, seria necessária a oitiva das mais de 900mil pessoas que englobam o espaço amostral delineado, pois, se assim não fosse, apenas chegaríamos a uma tendência baseada num extrato e não a uma resposta.

A partir dessa constatação, optou-se por pesquisar não a perspectiva de indivíduos e seus sentimentos, mas sim por delinear a percepção ambiental de determinados grupos a partir da visão de uma pesquisadora, acreana, que discute, justamente, questões identitárias e de pertencimento acerca da localidade. Nessa medida, reelaboramos a questão central deste estudo: Como a doutora pesquisadora acreana Maria de Jesus Morais, no livro “Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana”, descreve os sentimentos de grupos sociais acreanos para com o Acre?

Frisa-se que o livro escolhido trabalha a dita “Acreanidade” a partir de um viés geo-histórico, portanto, não foi analisado o acreano contemporâneo, mas sim o histórico. Existem diversos grupos sociais acreanos históricos, por isso, urge delinear os que serão abordados essencialmente quatro: o “brasileiro do Acre”, o autonomista, o seringueiro e o indígena. Nessa medida, objetiva-se, com esta pesquisa, analisar, sob o crivo da Geografia Humanística e ancorado no método da análise do discurso, bem como nos conceitos de topofobia e topofilia, a visão traçada pela autora acerca da relação entre desses grupos históricos de acreanos e o Acre, no livro “Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana”.

2. A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ÂMAGO DA GEOGRAFIA HUMANÍSTICA

Introdutoriamente, foi trazido o conceito de Geografia Humanística, a partir dos ensinamentos de Sorre (1967) e Tuan (1982). Complementar ao enunciado, Amorim Filho (1999, p. 139) defende que, dentre os mais caros interesses dos geógrafos humanísticos, está no centro “[...] o que se convencionou chamar de ‘percepção ambiental’”. Explica o autor que, ao estudar a percepção ambiental:

O que está em questão são os sentimentos de indiferença, de afeição ou de aversão do homem pelos lugares com os quais tem alguma forma de contato. Sentimentos e valores que, seguramente, têm um papel importante (em muitos casos, decisivo) na formação de juízos de valor, de atitudes e, em última análise, de ações sobre esses lugares e paisagens. (AMORIM FILHO, 1999, p. 141).

Para Tuan (1980, p. 14):

A percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo. Os órgãos dos sentidos [visão, olfato, audição, paladar e tato] são pouco eficazes quando não são ativamente usados. [...] Embora todos os seres humanos tenham órgãos dos sentidos similares, o modo como as suas capacidades são usadas e desenvolvidas começa a divergir numa idade bem precoce. Como resultado, não somente as atitudes para com o meio ambiente diferem, mas difere a capacidade real dos sentidos.

Na mesma linha, sustenta Oliveira (2012, p. 56), ao dispor que:

As noções básicas sobre percepção/cognição implicam as de sensação, atividade perceptiva, imagem mental e a própria conduta humana relacionada com a afetividade e a representação. Além disso, a percepção ambiental diz respeito ao urbano, ao rural e às regiões selvagens. As perspectivas para uma percepção ambiental não devem se restringir, apenas pelas belezas exóticas e únicas, mas, sim envolver uma tomada de consciência, priorizando atitudes éticas e afetivas em relação ao meio ambiente.

Esses sentimentos de indiferença, de afeição ou de aversão, narrados por Amorim Filho (1999), traduzem-se na topofobia e na topofilia, segundo os conceitos de Tuan (1982). As ações sobre esses lugares e paisagens são de infinitas possibilidades, mas exemplificamos com os fenômenos de topocídio e de topo-reabilitação – este último é também exemplo das atitudes éticas e afetivas de Oliveira (2012). Todavia, antes de adentrarmos propriamente nesses conceitos, é necessário entender o que é o lugar, haja vista ser a partir dele que todos os demais se fundam.

O conceito de lugar é fundamental a qualquer estudo em Geografia – na geografia clássica, por quase 50 anos, foi, inclusive, relacionado à objetividade da própria disciplina, haja vista a afamada frase de La Blache (1985, p. 47): “A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens”. Assim, pelo aqui narrado e também pela própria objetividade da área, na Geografia Humanística, o conceito de lugar ganha singular importância.

Primeiramente, insta salientar que o lugar difere da noção de espaço, pois lugar é o espaço com valor para o indivíduo. Para Tuan (1983, 2018), o conceito está intimamente vinculado às experiências e às significações do espaço.

O lugar é um centro de significado construído pela experiência. É conhecido não apenas através dos olhos e da mente, mas também através dos modos de experiência mais passivos e diretos, os quais resistem à objetificação. Conhecer o lugar plenamente significa tanto entendê-lo de um modo abstrato quanto conhecê-lo como uma pessoa conhece outra. Num nível altamente teórico, os lugares são pontos no sistema espacial. Num extremo oposto, são sentimentos altamente viscerais. Os lugares são raramente conhecidos em um ou outro extremo: o primeiro é muito distante da experiência sensorial para ser real e o segundo pressupõe enraizamento numa localidade e comprometimento emocional que são altamente raros. **Para a maioria das pessoas no mundo moderno, os lugares situam-se em alguma**

parte na extensão intermediária da experiência (TUAN, 2018, p. 5-6, grifo nosso).

O espaço, por outro lado, nas palavras de Santos (2014, p. 15), “[...] deve ser considerado como uma totalidade”. Este se funda, exclusivamente, no meio ecológico, na natureza, mas sim como o resultado da união intercambiável e independentes de 4 elementos: “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas” (SANTOS, 2014, p. 16). Argumenta, ainda, que esse espaço é um sistema de estruturas e, por isso, ao analisá-lo, deve-se ultrapassar o estudo isolado de seus elementos, alinhando-os aos vetores externos, sob pena de não ultrapassar o domínio da abstração.

A partir da definição de espaço, Santos (2014) finda corroborando com a conceituação de lugar. Afirma que:

[...] **cada lugar constitui na verdade uma fração do espaço total**, pois só esse espaço total é o objeto da totalidade das relações exercidas dentro de uma sociedade, em um dado momento. Cada lugar é objeto de apenas algumas dessas relações “atuais” de uma dada sociedade e, através dos seus movimentos próprios, apenas participa de uma fração do movimento social total (SANTOS, 2014, p. 30, grifo nosso).

Tuan (2018) esclarece que essas frações do espaço podem ter tamanhos extensões variadas, sendo que quanto maior e mais dispersa mais difícil se torna conhecê-lo. Para ele, dentro de um lar, existem vários lugares. Por exemplo, uma sala de jantar, dentro do lar, é um lugar. Porém, ainda que assim argumente, apresenta as nações-estado como lugares. Veja-se:

Ainda assim, para seus cidadãos, a nação é certamente um lugar, um centro de significado, um foco de lealdade e apego profundo. A nação, ao contrário da região, é comumente referida como lar, a terra natal. [...] A nação, demasiado ampla para ser conhecida pela maioria de seus cidadãos, é conhecida conceitualmente por sua bandeira, hino nacional, uniforme do exército e desfiles, história etnocêntrica e geografia (TUAN, 2018, p. 11-12).

Portanto, ainda que o Acre não seja uma nação, podemos, analogamente e partir da noção de Estado na Federação, inseri-lo na supra conceituação enquanto um lugar por vias da mesma lógica. É um lugar por ser fonte de apego emocional, enquanto terra natal, como lar. É conhecido pelos seus cidadãos pelos mesmos símbolos atrelados à nação – a bandeira, o hino, a histórica e a geografia. Para Tuan (1985, p. 149-150):

Como um mero espaço se torna um lugar intensamente humano é uma tarefa para o geógrafo humanista; para tanto, ele apela a interesses distintamente humanísticos, como a natureza da experiência, a qualidade da ligação emocional aos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos na criação da identidade do lugar.

Desenvolvendo estudos sobre a temática, Tuan (1980), introduziu no âmbito das percepções ambientais, dois conceitos basilares: a topofilia e a topofobia. Para ele:

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. [...] A topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo (TUAN, 1980, p. 107).

Em outro determinado momento da obra chega a tratar a topofilia como sinônimo de amor humano por lugar. Portanto, é possível concluir que a topofilia se perfaz como a relação de sentimentos positivos para com uma determinada localidade – pertencimento, familiaridade, conforto, agrado. A topofobia se mostra como o quadro antagônico da topofilia. Parte dos mesmos fundamentos, conceituações e elementos, mas em vez de apurar os sentimentos positivos, dedica-se aos negativos – a aversão, o desagrado, o não pertencimento, a estranheza.

Quando qualquer desses sentimentos se tornam “irresistíveis” tem-se constituído um símbolo. Como elementos característicos da topofilia e, por conseguinte, da topofobia, Tuan (1980) trabalha a apreciação estética, o contato físico, o bem-estar físico (saúde), a familiaridade, a afeição, o patriotismo e as relações binárias (pertencer, não pertencer, por exemplo). Além disso, apresenta o trinômio urbano-campo-selvageria.

Serão esses os pontos buscados na obra de Morais (2016). Os sentimentos que são por ela percebidos quanto aos grupos de “brasileiros acreanos”, seringueiros, indígenas e autonomistas para com o lugar Acre. A sua análise foi construída, essencialmente, sob um prisma histórico-crítico, porém, a partir do método da análise do discurso, tornou-se possível apreender como ela, no plano de fundo secundário à sua discussão, demonstra os sentimentos de topofilia e a topofobia presentes nesses agrupamentos históricos de acreanos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Tocante ao material selecionado, é preciso traçarmos os critérios utilizados para três escolhas: a da autora; a do livro; a dos capítulos. A escolha do livro e da autora aconteceu em concomitância. Buscava-se por uma obra que externasse em sua escrita, sentimentos de topofilia e de topofobia, ainda que secundária e, talvez, não conscientemente, sobre o Acre. Assim, encontrou-se o livro objeto deste artigo e, numa análise de seu conteúdo e do currículo

de sua autora, percebeu-se que ambos detinham o nível de aprofundamento e criticidade procurado.

Ademais, diante do objetivo geral delineado nesta pesquisa, após atenta leitura e fichamento da obra, percebeu-se que somente os capítulos dois e três – respectivamente intitulados como: Gênese da “Acreanidade”: a revolução acreana; Gênese do acreanismo: o movimento autonomista do acre”; e “A resignificação da identidade acreana: o movimento social de índios e seringueiros como símbolo da ‘defesa da floresta’ e do ‘verdadeiro acreano’” – eram de pertinência na análise.

Isso porque são os capítulos nos quais, ao longo da discussão central, a autora exterioriza a existência de sentimentos de topofilia e topofobia nos grupos estudados para com a localidade objeto, o Acre. Oportunamente, salientamos que a exteriorização de sentimentos é elemento secundário dos capítulos selecionados e não o foco central deles, porém nos demais beira a inexistência.

Esses dois capítulos constituem-se como uma análise crítica aos três acontecimentos históricos chave da constituição e resignificação da dita “acreatividade”: A Revolução Acreana, enquanto mito fundador; o Movimento Autonomista; e o Movimento Social de índios e Seringueiros. Assim sendo, foram eleitos quatro grupos para análise: o “brasileiro acreano”, o seringueiro, o indígena e o autonomista.

Explica-se que o primeiro capítulo não é objeto de discussão em razão de ser essencialmente teórico; e que os dois últimos não o são porque dedicam-se, em síntese, a ações políticas e, por isso, o caráter do sentimental necessário para o desenvolvimento da análise pretendida torna-se inexistente.

No tocante à análise, selecionou o método da análise do discurso de linha francesa segundo a concepção de Pêcheux (1975) e Orlandi (2012). Segundo Pêcheux (1975), o discurso é inerente ao sujeito que o enuncia e o sujeito é inerente à ideologia. À vista disso, não há como desvincular a ideologia do discurso e, por conseguinte, nunca há uma verdade absoluta nos discursos, mas sim um sentido, moldado a partir ideologia de quem o profere.

Soma a isso, o exposto por Orlandi (2012, p. 46) acerca da noção de ideologia dentro do método presente:

A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido.

Compreendido o discurso e a ideologia ao qual se refere, passa a ser tangível entender o método selecionado.

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos de domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de resignificação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 2012, p. 26).

Então, é possível concluir que o disposto neste artigo não encerra a percepção ambiental do Acre pelos seus moradores de maneira definitiva, sequer externa regras gerais tangentes às percepções de todos os indivíduos que compõe os grupos em debate, limita-se a estudar, através dos métodos da análise do discurso, como a autora, enquanto prolatora deste, percebeu, apoiada em seus estudos e ideologias, os sentimentos desses sujeitos.

Por fim, Orlandi (2012) externa que a análise desses discursos deve se assentar em fatores histórico-sociais, aqueles que circundam a própria produção do discurso e, por conseguinte, fundamentam os sentidos, sejam eles explícitos ou implícitos no objeto de investigação. Logo, os resultados e discussões desta pesquisa, vez que voltados à compreensão dos discursos de Moraes, subsidia-se também em elementos externos ao seu texto, para promover essa contextualização histórico-social, bem como situar os excertos no referencial adotado.

4. A PERCEPÇÃO DO ACRE PELOS GRUPOS ACREANOS HISTÓRICOS, NO LIVRO “ACREANIDADE: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA”

O livro se dedica a tratar do “ser acreano”, enquanto uma identidade. O subtítulo da obra “Invenção e reinvenção da identidade acreana” remete à transição ocorrida entre o acrenismo e a acreanidade. O primeiro, como a própria autora explica, relaciona-se com o movimento da elite local; ao passo que o segundo “[...] é uma resignificação da identidade acreana e está ancorada na trajetória de índios e seringueiros no Acre, sem, no entanto, negar os signos identitários do acrenismo” (MORAIS, 2016, p. 26-27).

Dentre esses signos não abandonados, destacamos dois acontecimentos históricos: A Revolução Acreana e o Movimento Autonomista. Junto a esses dois, com a acreanidade, surge outro: o Movimento Social de índios e seringueiros. E é com foco nesses três eventos que se externa as relações acreano-Acre que serão objeto de discussão nesta seção.

Na Revolução Acreana, a autora sustenta pela inexistência de um ser “acreano”. Havia os brasileiros do Acre. Esses brasileiros do Acre era um grupo composto por seringueiros e seringalistas que, ainda que com ideários diferentes acerca do movimento armado, guerrilharam na Revolução. Portanto, é sob a égide deste acontecimento, que se externa a topofilia e a topofobia dos “brasileiros do Acre”.

O Movimento Autonomista, na sequência, representou a luta pela autonomia do Acre. Isso porque, após a anexação deste ao Brasil, permaneceu quase 60 anos como Território Federal, cujos líderes do Executivo eram nomeados pelo governo Federal, sendo, normalmente, “fracassados políticos” – aqueles que não ganhavam eleições. O patriotismo aqui se mostra como um dos elementos chave para a compreensão da percepção dos autonomistas.

Os seringueiros, por outro lado, não se vinculam a um só evento. Estão presentes até a atualidade e possuem papel em todos os três movimentos – ainda que seja pela não participação, como ocorre no movimento dos autonomistas, regido, em regra, pelas oligarquias. Assim sendo, não se limitará a um outro acontecimento.

Por fim, os indígenas, enquanto moradores originários, são, de todos os grupos, os menos presentes nos registros históricos, ainda que sejam aqueles cujo sentimento de pertencimento à terra é mais significativo e movido não por anseios econômicos, mas sim pela terra. Isso se dá, em grande parte, em decorrência do construtor da história acreana, homens brancos e aristocratas. Na obra de Moraes, esses são sujeitos presentes nas discussões do Movimento Social dos índios e dos seringueiros e também, em alguns momentos, fala-se sobre a questão do contato com o emigrante e a escravização destes nos seringais.

Cada um desses grupos compõe uma subseção desta seção, exceto pelos dois últimos que, juntos, forma uma só. Os objetivos dessas seções são uníssonos – abordar como o grupo percebe o Acre, na visão da autora. A ordem dessas subseções segue à lógica de disposição dos parágrafos acima.

4.1. Os “brasileiros do Acre”

Os “brasileiros do Acre” são um grupo constituído pelos migrantes, em regra, nordestinos, que aqui se assentaram. Esses brasileiros do Acre, segundo Morais (2016), somente se “transformaram” em acreanos com a própria Revolução Acreana, dando origem também ao acreanismo. Afirma, “[...] no fim da Revolução, os brasileiros do Acre conquistaram o direito de se autodenominarem acreanos” (MORAIS, 2016, p. 63).

Até a data do referido acontecimento, esse grupo de pessoas, segundo se externa de Morais (2016), não se identificava enquanto acreano, tampouco nordestinos, mas sim brasileiro. Não havia um pertencimento, uma familiaridade, afeição ou qualquer outro sentimento com relação ao Acre. A topofilia, até o início dos conflitos pelo território, era manifesta para com as suas terras sertanejas.

É importante frisar que esses brasileiros do Acre estão na região desde 1877, quando começou o movimento migratório com a “[...] frente extrativa da *Hevea brasiliensis*, para os altos rios que hoje formam o Vale do Purus [...]” (MORAIS, 2016, p. 68, *italico no original*). Em 1878, bem antes da Revolução Acreana, já havia, aproximadamente 15 mil migrantes. As relações desses migrantes brasileiros com os bolivianos e peruanos, inicialmente, não foram tão conflituosas, a situação se agravou com o crescimento do mercado internacional da borracha.

Esse fator econômico acirrou os conflitos, corroborou para a consolidação de disputas pelo território e para o desenvolvimento de um sentimento de posse e pertencimento. Nesse cenário, esse sentimento de pertencimento é naturalmente topofílico, como enuncia Tuan (1982), e nasceu, primeiramente, da relação binária “nós” e “eles”¹. O estrangeiro boliviano e peruano passou a ser o inimigo. O lugar Acre, onde habitavam, precisava, indiscutivelmente, pertencer à pátria desse grupo – o Brasil. E, assim sendo, comporia a nação-Estado Brasil, localidade pela qual esse povo já manifestava pertencimento, através do sentimento patriótico.

Observe o excerto:

O Outro também foi o estrangeiro, no caso, o boliviano e o peruano, principalmente, os primeiros, que em vários momentos “tentaram se apossar” das terras que lhes pertenciam e que haviam sido ocupadas por brasileiros no Acre. Estes guerrearam contra os bolivianos durante seis meses, ocorrendo sete batalhas, com três derrotas e quatro vitórias para os “revolucionários” do Acre (MORAIS, 2016, p. 58).

¹ Para Morais (2016), essa dualidade entre nós e outros é um elemento formador da identidade.

Essa topofilia com relação à nação-Estado se externa, dentre outros momentos, neste excerto do Manifesto da Junta Revolucionária, trazido por Morais (2016). No trecho, ainda que os brasileiros do Acre manifestem tristeza para com suposto abandono governamental, deixam claro sua topofilia para com a Pátria:

O Governo do Brasil não respondeu aos nossos patrióticos alarmes; **a Pátria, a nossa estremecida mãe** personificada em grupo de valentes e caritativos irmãos respondeu sem precisar de nosso apelo: a 1º de maio, data que conservaremos gravada em nossos corações. Ilustres e denodados irmãos nos surpreenderam com a patriótica intimação que dirigiram em nome do povo brasileiro às autoridades bolivianas que, faltas de força e de prestígio, nos abandonaram **com a mesma facilidade com que nos conquistaram** (TOCANTINS, 2001, p.327-328 apud MORAIS, 2016, p. 87, grifo nosso).

No mesmo documento, pouco mais à frente, esses brasileiros do Acre, externam sua aversão à Bolívia, o que pode se caracterizar, em certa medida¹, como topofobia. Veja-se: “É justo, pois, que cidadãos livres não se conformem com o estigma de parias criado pelo governo de sua pátria – nem podem de forma alguma continuar sendo escravos de uma outra nação: a Bolívia.” (TOCANTINS, 2001, p.327-328 apud MORAIS, 2016, p. 87). Isto é, a mesma binaridade “nós” e “eles” que dá início à topofilia com relação ao Acre, finda desenvolvendo certa “topofobia” com relação à Bolívia.

Desse modo, a natureza do lugar Acre, especificamente, pela vegetação e, ainda mais em específico, pela seringa, passou a ser familiar aos brasileiros do Acre. Essa natureza, uma vez que representava a principal fonte de sustento desse grupo, não teria como não lhes ser familiar, agradável. Então, passou a ser necessário – e sabe-se compulsório –, mesmo sem o apoio da própria pátria, brigar pelo lugar, principalmente porque era essa uma exigência dos senhores de terras – os seringalistas, que não renunciariam a sua nova fonte de riquezas.

A Revolução Acreana, enquanto um símbolo histórico, e, nas palavras de Morais (2016), mito fundador da acreanidade, modificou o ser “brasileiro do Acre”. Após a vitória territorial desses guerrilheiros, eles passam a se autodenominar acreanos, abandonando, segundo Morais (2016), a sua natalidade original e, por conseguinte, dando, às terras recém conquistadas, a “honra” de se constituir como seus lugares de afeição.

¹ Diz-se “em certa medida” porque o sentimento não se funda, essencialmente, nas questões ambientais da localidade, parte, na verdade, de uma aversão à própria nação. Portanto, não é possível afirmar categoricamente a presença incontestável de topofobia, haja vista ser essa uma reunião de sentimentos derivada da percepção ambiental dos lugares.

Esse povo só passou a ser denominado de acreano após a criação do Território Federal do Acre, em 1904. Antes desta data, os brasileiros do Acre eram identificados pelos rios que habitavam. O acreano (ex-nordestino, ex-cearense, o banido pela seca, o renegado) surgiu na relação com o chão (com o Acre, o rio) e, também, na relação com o outro (o boliviano). (MORAIS, 2016, p. 93).

O trecho acima traduz todo o advogado até aqui. Essa relação com o chão, pelo próprio enredo de Moraes (2016), é facilmente concebida como relação com o ambiente natural, que engloba o rio, a vegetação e suas demais características. Portanto, o acreano, ex brasileiro do Acre, surge, justamente, no âmago do estabelecimento da topofilia com a terra, que, infelizmente, somente surgiu pela sua exploração.

4.2. Os autonomistas

Os autonomistas, num movimento quase sucessório à Revolução Acreana, são constituídos pelos acreanos que lutavam pela emancipação do Acre. Isso porque o Acre, quando oficialmente anexado ao domínio brasileiro, foi constituído como Território Federal. Argumenta Moraes (2016) que o Movimento Autonomista foi justificado pelos sujeitos envolvidos a partir da Revolução Acreana.

O mito fundador do Acre – a conquista do território dos bolivianos e peruanos – tem sido acionado em diferentes momentos históricos para justificar reivindicações políticas da classe dominante e política do Acre. Um desses momentos foi o do Movimento Autonomista no Acre [...] (MORAIS, 2016, p. 97).

Os membros do Movimento eram essencialmente as oligarquias que “[...] desejavam que o Acre fosse elevado à condição de Estado, a fim de conformarem e exercerem o poder de uma maneira mais autônoma entre seus membros” (MORAIS, 2016, p. 98). Essas oligarquias, numa tentativa de transmutar seus anseios como preocupações gerais e não somente questões econômicas e de poder – como verdadeiramente eram – introduzem os seringueiros no debate:

“tomavam conta de tudo, submetendo o seringueiro a viver à margem da nacionalidade, prejudicado nos seus interesses e sem nada lucrar” (CASTELO BRANCO, 1961, p. 251). Esta é a fala oficial no que diz respeito à insatisfação dos acreanos com a situação criada pelo Governo Federal no Território Federal do Acre.

O movimento, pautava-se principalmente pelo anseio de que o Acre fosse governado por alguém do Acre, pois os “de fora” não o faziam. Assim, temos aqui caracterizada uma continuação daquilo que fora percebido quando da análise da subseção acima, “Brasileiros acreanos”, porém, agora, em vez dos estrangeiros, tem-se brasileiros como sendo os “outros” e

o regionalismo começa a dar, em certa proporção, lugar a um sentimento análogo, mas pelo Acre e não pelo Brasil.

Sobre os autonomistas, as discussões feitas por Morais (2016) findam sendo mais políticas que ligadas às questões do ambiente. O que não causa surpresa, haja vista que o Movimento Autonomista era, essencialmente, político. A topofilia aqui é derivada, de maneira análoga, do “patriotismo”, com base no advogado por Tuan (1982, 1983) sobre os símbolos – agora, territoriais – e nos acontecimentos históricos – com ênfase no mito fundador.

Esse patriotismo análogo é definido por Morais (2016, p. 104) como o acreanismo. Observe: “[...] daí, remonta o ‘sentimento do acreanismo’ que se constituía em um ‘traço psicocultural muito forte da população’ local”. Portanto, o próprio acreanismo se mostra como uma evidência de topofilia. Salienta-se, por fim, que não se percebeu, no texto, traços de topofobia, desse grupo para com esta ou outras localidades.

4.3. Os seringueiros e os indígenas

Nas palavras de Morais (2016, p. 57): “Seringueiros e índios foram inimigos históricos por quase cem anos, questão essa só amenizada no final da década de 1980 com a aliança dos povos da floresta”. E complementa:

Os seringalistas, como se sabe, foram os responsáveis pela matança generalizada de grupos indígenas, pela incorporação destes à empresa seringalista, na qual eram mais explorados que os próprios seringueiros. Mas, com o Governo da Floresta, os índios aparecem ao lado de seus algozes, como se tivessem vivido em harmonia e lutado pelos mesmos ideais (MORAIS, 2016, p. 57).

Os indígenas são os povos originários do Acre e, portanto, desde a sua chegada às terras, ocorrida há aproximadamente 24 mil anos, manifestam topofilia para com a localidade, visto ser o próprio ambiente natural não só a moradia desses povos, mas também símbolos e até mesmo a materialização de muitas de suas crenças. (SOUZA, 2019).

Morais (2016) destaca, em diversos momentos, que a convivência entre os migrantes e os indígenas nunca foi harmônica, tampouco pacífica, como se sustenta na construção da identidade dos “verdadeiros acreanos” – os moradores da floresta. Todavia, é somente no terceiro capítulo que efetivamente passa a discutir sobre o grupo, falando sobre a história de contato, bem como tratando de questões de anseio pela preservação das florestas junto aos seringueiros, por volta da década de 80.

Morais (2016) enumera três tempos do contato indígena com os não índios: o tempo das correrias, marcado pelos primeiros contatos, com violentos conflitos e, inclusive, expedições armadas; o tempo de cativo, conceituado como aquele no qual esses sujeitos trabalhavam nos seringais; o tempo de direitos, marcado pela criação da Fundação Nacional do Índio (Funai); e, por fim, o tempo de revitalização cultural, concomitante ao anterior e marcado pelo “resgate” cultural.

Com as frentes extrativas, os índios passam de senhores das terras que ocupavam, a obstáculos à exploração do caucho e da seringa, e são vítimas das expedições armadas com o intuito de “limpar a terra” para os seringueiros trabalharem [...] As correrias são “sinônimos de dizimação, dispersão, escravidão ou submissão dos índios à empresa seringalista” impostos pelos caucheiros e seringalistas (CASTELO BRANCO, 1961). Este tempo é lembrado, pelos índios, como o tempo dos “trabalhos pesados que eram obrigados a fazer no seringal, dos intermináveis dias em caçadas para o patrão, das longas caminhadas carregando bolas de borracha” (VARADOURO, nov./1977b) (MORAIS, 2016, p. 150-151).

Tocante aos seringueiros, Moraes (2016) informa que, inicialmente, tanto o extrator quanto o seringalista pertenciam ao grupo seringueiro e que a sua separação aconteceu em momento posterior. Entretanto, compete salientar que, neste trabalho, o termo seringueiro se refere ao extrator de látex. Esse grupo de sujeitos, de todos os migrantes, foi o que demonstrou o maior desenvolvimento de sentimentos topofílicos com relação à localidade.

Isso deriva, principalmente, do fato de que esses seringueiros eram pessoas humildes, normalmente analfabetas e estavam vindo para o Acre na promessa de melhores condições de vida, desde antes de aqui chegarem manifestavam agrado pelo lugar, baseados nos anseios pessoais e expectativas de ascensão.

Na obra de Moraes (2016), esses sujeitos, assim como os indígenas, entram em debate principalmente quando se vai falar do Movimento social dos seringueiros do Acre e, por isso, decidiu-se abordar ambos de maneira reunida. A autora até o apresenta quando aborda a temática da Revolução Acre, porém, estes não são o destaque deste episódio, pois sequer tinham a faculdade de escolher lutar ou não – eram coagidos pelos seringalistas a tanto. Para além disso, acreditavam na promessa de liquidação de dívidas e de redução nas taxas cobradas.

Assim, sobre esses Movimentos sociais conjuntos, explica que:

Os movimentos sociais que emergiram a partir da década de 1970 no Acre estão relacionados, simultaneamente, à resistência da destruição do modelo anterior (seringal empresa), à contestação do novo (a pecuarização) e à busca de soluções que contemplassem as especificidades do modo de vida de índios e seringueiros (MORAIS, 2016, p. 127).

No que concerne ao Movimento social dos seringueiros, temos novamente figurada a dicotomia “nós” e “eles”. Os outros agora são os paulistas. Narra Moraes (2016, p. 56): [deu-se] com base no confronto com novamente os de ‘fora’, confronto esse que define as identidades específicas de seringueiros e de índios como os acreanos e os de fora como os ‘paulistas’”. E complementa:

Da mesma forma como a categoria paulista englobava todos os “de fora”, independentemente de classe social ou posição política, o termo acreano englobava todos os “de dentro”, seringueiros e seringalistas, patrões e fregueses, aviadores e aviados que fossem contrários à bovinização do Estado (MORAIS, 2016, p. 176).

Para os seringalistas e os membros da alta classe, essa bovinização era ruim porque lhe impedia de auferir os lucros habituais. Para o seringueiro e para o indígena, ultrapassava o fator econômico, os seringais não eram somente a fonte de seu sustento, eram também o seu lar, pois ali tinham criado laços, tido inúmeros contatos físicos com a terra e desenvolvido familiaridade, afeição e, no caso dos indígenas, ancestralidade. Por isso, empenhavam-se para defender, não seu direito de explorar a terra, mas a terra, enquanto ambiente natural, na figura dos seringais:

A oposição entre os acreanos (índios e seringueiros) e os “paulistas” foi construída ao longo do movimento de resistência contra a expropriação da terra, a transformação das colocações-seringais em fazendas e a derrubada de seringueiras e castanheiras para a formação de pastos (MORAIS, 2016, p. 123)

Esses paulistas chegavam aos seringais e às ocupações indígenas, com autorizações judiciais para desmatar, derrubar e, muitas vezes, chegavam até a queimar o lar desses sujeitos, sem que fossem tomadas quaisquer medidas de reparação. A resistência, liderada pelos sindicatos, passou a pleitear e lutar por ações que pudessem conservar tanto os costumes os seringueiros quanto as culturas indígenas.

No que tange às terras indígenas, a sua própria definição remete a um vínculo topofílico:

A definição dos territórios indígenas se fundamenta na ocupação efetiva, e a longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais, muitas vezes ancoradas na memória dos mais antigos e no reconhecimento de seu vínculo territorial e de sua condição de indígena (MORAIS, 2016, p. 154).

Esses grupos têm na floresta a base da sua própria subsistência, com vínculos que extrapolam a esfera do agradável esteticamente, diz respeito à sua cultura, à sua ancestralidade, às suas crenças e à gênese de seu povo. Como resultado desses anseios e lutas derivados, dentre

diversos outros motivos, da topofilia, foram instauradas as reservas extrativistas (para os seringueiros) e as demarcações de terras indígenas (para os povos indígenas).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se analisar, neste artigo, em apertada síntese, qual a visão da autora acerca das relações afetivas entre os grupos “brasileiros do Acre”, autonomistas, seringueiros e indígenas com a localidade Acre. Para isso, anteriormente, foi desenvolvida uma análise conceitual sobre a Geografia Humanística, bem como os conceitos de lugar, topofilia e topofobia. Nessa oportunidade, comprovou-se, oportunamente, que o Acre pode ser percebido como um lugar, um espaço com os qual as pessoas desenvolvem relações e sentimentos de pertença.

No que diz respeito aos agrupamentos de acreanos históricos, objetos de estudo de Morais (2016), constatou-se que os brasileiros do Acre se perfazem como os migrantes vindos para a região, em momento anterior à Revolução Acre, pois é somente após esta que passa a exigir o ser acreano. Estes desenvolveram sentimentos inerentes à topofilia justamente com o avançar dos conflitos pela terra.

Os autonomistas deram origem ao acreanismo que traduz justamente as características topofílicas destes para com o Acre. O sentimento se funda, principalmente, como uma espécie análoga ao patriotismo, restrita ao, à época, Território Federal do Acre. A questão autonomista é essencialmente política, portanto, em raras vezes há falas sobre o ambiente natural.

No tocante aos seringueiros e aos indígenas, estes se perfizeram, por quase um século, como inimigos naturais, cuja convivência era desarmônica e não pacífica. Apesar disso, ambos os grupos foram enganados e explorados pelos seringalistas e afetados pelos movimentos pecuaristas. Assim, por volta da década de 1980, unem-se em prol da defesa da preservação do ambiente natural acreano.

Percebeu-se que o sentimento de topofilia é inerente ao próprio ser indígena, pois é a partir da percepção da natureza que seus costumes, suas crenças e a sua ancestralidade se manifestam. Quanto aos seringueiros, constata-se em Morais (2016) que foram o grupo migrante que mais desenvolveu a topofilia, visto terem partido das suas terras natais na expectativa de uma vida nova e melhor, portanto chegaram abertos ao novo e aqui criaram raízes e vínculos.

Ademais, quanto à topofobia, não se percebeu traços no texto que efetivamente demonstrassem uma aversão a determinada localidade em razão da percepção ambiental realizada pelos sujeitos sobre ela. Aponta-se, com ressalvas, a questão da aversão ao estrangeiro, quanto se trata dos “brasileiros do Acre”, porém, como apontado no item, não é possível vincular a tese ao conceito propriamente dito.

A pesquisa teve como principais óbices à sua execução o fato de o livro ora analisado se basear na tese da autora, portanto, não foi possível apreender o sentimento desta para com a localidade, somente fazer deduções a partir de falas dedicadas a temáticas distintas daquela que aqui se debate. Por fim, como proposta de continuidade deste trabalho, podem ser desenvolvidas pesquisas fundadas na pesquisa de campo, por vias, por exemplo, de entrevistas narrativas, com membros representantes de cada um desses povos, a fim de colher deles qual era/é a percepção ambiental acerca do Acre.

6. REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, Topofobia e Topocídio em MG. *In*: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (orgs). **Percepção Ambiental: A experiência brasileira**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel. 1999.

HETTNER, A. Os ramos da geografia e sua relação com as ciências da natureza / Die Zweige der Geographie und ihr Verhältnis mit den Naturwissenschaften. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 138-160, 29 abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13646>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As características Próprias da Geografia. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

MORAIS, Maria de Jesus. **Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana**. Rio Branco: Edufac, 2016.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.

OLIVEIRA, Livia de. Percepção Ambiental. **Revista Geografia e Pesquisa**, v. 6, n. 2, jul/dez., 2012, Ourinhos. Disponível em: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/135>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PÊCHEUX, Michel. **Les Vértiés de la Palice, Maspero**. Tradução Eno Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SORRE, Max. **El Hombre em La Tierra**: Introducción. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. São Paulo: Editora Record, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: A Perspectiva da Experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

TUAN, Yi-Fu. Lugar: Uma perspectiva experiencial. Tradução de Márcia Miguel Feitosa e Renata França Pereira. **Geograficidade**, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/27150/pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.